



TURISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA BREVE ABORDAGEM DE TEORIA E HISTÓRIA

Marlon Dornelles Ribas¹

Universidade Federal do Pampa – Santana do Livramento

Adriana Pisoni da Silva²

Centro Universitário Franciscano – UNIFRA

Resumo: Em um mundo globalizado, com acesso a informações em todos os lugares e a qualquer momento, com o encurtamento das distâncias, torna-se necessário o estudo das novas fronteiras impostas pelo ser humano e as medidas integracionistas. Busca-se fazer um resgate histórico do Turismo e das Relações Internacionais, desde as primeiras relações sociais que deram origem as duas áreas, através de sua evolução até os fenômenos de integração e da globalização. A pesquisa é qualitativa, descritiva, adotando como procedimento a revisão bibliográfica. Conclui-se que há aproximações entre a trajetória histórica do turismo e das relações internacionais, em especial na constituição de normas e regras de facilitações no fluxo de visitantes entre os países.

Palavras-chave: Turismo, Relações Internacionais, Globalização.

HISTÓRIA E TEORIA DO TURISMO

O turismo é mais do que uma viagem, é a procura de prazer por parte do turista, compreende toda uma rede de bens e/ou serviços para bem receber e atender o turista. As viagens sempre estiveram presentes na evolução do ser humano. Para De La Torre (1992, p.19) “o turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde”.

É na antiguidade Clássica Grega e Romana que as viagens começam a desenvolver-se, e “numa visão planejada foram construídas obras viárias de infraestrutura que até hoje permanecem desafiando o tempo”. Nessa época, constroem-se “[...] estradas, pontes, viadutos que permitiram deslocamentos cada vez mais longos” (BARRETTO, 1995, p.18).

¹ Bacharel em Turismo, Unifra (2011). Graduando em Relações Internacionais, UNIPAMPA. marlon_d_ribas@hotmail.com.

² Doutoranda em Extensão Rural (UFSM). Mestre em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS). Graduação em Turismo (PUCRRS). Docente do Curso de Turismo na UNIFRARS. adrianapisoni@unifra.br.

A Grécia tinha localização privilegiada, cercada pelo mar Mediterrâneo que era utilizado como meio de transporte para suas diversas ilhas. Seus principais fatores de motivação das viagens eram as peregrinações religiosas e turismo de saúde, salientando-se também os jogos olímpicos.

As viagens dos gregos eram feitas por diversos motivos. Um dos principais era um misto de turismo religioso de peregrinação e turismo de saúde [...] Além das peregrinações e das viagens por motivo de saúde, é importante comentar os jogos olímpicos como motivadores de um grande fluxo de viagens de atletas e de público (REJOWSKI, 2002, p. 20).

O apogeu das viagens no período clássico ocorreu durante o Império Romano. Roma possuía um vasto império, com excelentes estradas que facilitavam o trânsito entre todo o seu território. A *Pax romana*³ também foi crucial para o desenvolvimento das viagens, pois foram dois séculos de paz, onde o viajante pôde fazer o trajeto por todo o território romano em segurança. A facilidade de comunicação através do latim e do grego, além de uma moeda aceita por todos, incentivou, também, o fluxo de negócios. Com a queda do Império Romano, em 476 d.C.⁴, a ordem deixou de existir, as viagens tornaram-se perigosas e difíceis devido à falta de segurança, saques e assassinatos. A mobilidade dentro do império estava abalada devido à destruição das estradas e os frequentes ataques de bárbaros e vândalos.

Nesse período, há uma reformulação da sociedade, que retorna ao campo, formando feudos⁵. Esta época é marcada pelo trabalho no campo, a agricultura de subsistência faz com que o comércio passe a um estado de estagnação, e as pessoas raramente tinham a necessidade de se deslocar dos feudos.

Em um sistema anárquico, sem ordenamento político e em um cenário constituído pela insegurança as pessoas por medo de percorrerem longos trajetos, passam a buscar lugares mais próximos e seguros para as suas viagens.

Reforçam a tese dessa redução das viagens com outro fator importante como a invasão dos bárbaros, no século IV, quando a segurança nestas estradas diminui

³ Um longo período de relativa paz do Império Romano entre os anos 27 A.C. a 180 D.C. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2165036>> Acesso em: 09 nov. 2011

⁴ Disponível em: <http://discoverybrasil.uol.com.br/guia_roma/imperio/declinio/index.shtml> Acesso em: 09 nov. 2011

⁵ Os diversos povos, antes conquistados por Roma, passaram a se organizar em reinos, condados e povoados isolados, para se protegerem dos ataques dos estrangeiros. Esse isolamento também se estendia à área econômica, levando-os a manter basicamente uma produção para consumo próprio. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/historia/feudalismo.jhtm>> Acesso em: 09 nov.2011



devido ao grande risco de vida que passaram a representar e pelos perigos de violência e de assaltos (LAGE e MILONE, apud REJOWSKI, 2002, p. 31).

As viagens passam a ter um cunho religioso, “motivados pela igreja que prometia a concessão de indulgências e graças espirituais”, tal como observa Rejowski (2002, p.32).

O Renascimento foi um período de grandes avanços para as viagens. Há uma quebra do domínio da religião. O incentivo da satisfação pessoal e o desejo de explorar e de entender o mundo levam as pessoas a realizarem viagens culturais motivadas por estudo e experiências. Enquanto o viajante da idade média realizava suas viagens tentando desvelar os mistérios da igreja, este novo viajante busca experiências e conhecimento. Essas viagens eram aprovadas pela Coroa Inglesa que, frequentemente, arcava com parte das despesas, sobretudo para futuros diplomatas e ocupantes de cargos nos reinos. O *grand tour*, como ficou conhecido estas viagens, eram realizadas por jovens ingleses, recém-formados em universidades inglesas, acompanhados por tutores, que serviam como instrutores, e repassavam todas as informações e conhecimentos. Com a eclosão da Revolução Francesa em 1789, e seguida pelas guerras napoleônicas, essas viagens entram em um período de estagnação, chegando ao ponto de quase cessarem.

O desenvolvimento e a consolidação do turismo ocorrem a partir da metade do século XIX. “O fato mais marcante foi, sem dúvida, o desenvolvimento do transporte ferroviário e da navegação a vapor inserido no processo provocado pela revolução industrial” (REJOWSKI, 2002, p. 42).

Alguns estudiosos denominam esse período, que se estende principalmente até o início do século XX, de turismo moderno e/ou organizado, pois foi nele que houve a implantação e o desenvolvimento da atividade turística como um grande negócio, em decorrência de inúmeros fatores, dentre os quais se destacaram as transformações econômicas e sociais, e as novas tecnologias (REJOWSKI, 2002, p. 41).

Com estes novos meio de transporte, começam a surgir as primeiras viagens organizadas. Thomas Cook, um pregador da Igreja Batista do interior da Inglaterra, convenceu o gerente de uma companhia de trem a ceder-lhe a lotação de um trem para uma viagem entre Loughborough e Leicester para um Sermão contra o álcool. Conforme Barreto (1995) Cook marcou a entrada do turismo na era industrial e comercial, no momento em que organizou o que configuraria a primeira viagem agenciada, juntando 570 pessoas, comprando



e revendendo bilhetes. Com o tempo passou a organizar viagens mais longas, trabalhou como agente de viagens, fazendo reserva em hotéis e escrevendo livros com dicas para viajantes.

As facilidades proporcionadas pela revolução industrial favoreceram todo o cenário que se constituiu. Passa-se a ter maior disponibilidade de tempo para as viagens, mais segurança, e o tempo livre passa a ser utilizado para fins de lazer, para recarregar as energias gastas no trabalho, o que ocasionava o desgaste físico e mental. “A sociedade industrial democratizou o lazer e, em especial, as viagens turísticas, em função de uma gama de elementos que se justapuseram” (CASTELLI, 1996. p. 17).

No início do século XX, o turismo mostrava um crescimento tímido, mas gradual, até o estopim da Primeira Guerra Mundial. A partir deste ponto, a Europa entra em um período de crise e recessão, interrompendo o fluxo turístico.

O movimento turístico que aos poucos se expandia, foi bruscamente interrompido com o advento da Primeira Guerra Mundial, que levou a Europa a um estado de Grande Comoção. Cita que, durante o conflito, muitos hotéis luxuosos, como os da Côte d’Azur, foram utilizados para hospedar tropas militares ou para abrigarem quartéis gerais e hospitais (REJOWSKI, 2002, p. 73).

Após o fim da guerra, o turismo volta a ter crescimento, diretamente relacionado com a produção em massa de automóveis e de ônibus. “Ao término da guerra a fabricação em série do automóvel e do ônibus e a retomada da construção dos dirigíveis permitiram que o turismo voltasse a crescer” (REJOWSKI, 2002. p. 73).

Em 1929 o turismo sofreria novamente outro abalo, o “Crack” da bolsa de valores de Nova Iorque⁶, desencadeada pela produção desenfreada e a falta de demanda, acabou por gerar uma crise que refletiu em diversos países, ocasionando a desvalorização da moeda e a estagnação das viagens, o que seria retomada somente em meados de 1931. Os anos seguintes seriam de retomada de crescimento do mercado turístico. Todavia, volta-se ao período de guerra quando em 1939 foi desencadeada a Segunda Guerra Mundial:

O período de recessão parecia estar declinando quando, em 1939, foi deflagrada a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a conseqüente paralisação do turismo. Devido às dimensões do conflito, a retomada do desenvolvimento turístico ocorreu somente após cerca de cinco anos. (REJOWSKI, 2002, p. 74)

⁶ Disponível em: < <http://www.infoescola.com/historia/crise-de-1929-grande-depressao/htm> > Acesso em: 09 nov. 2011.

A partir da década de 1950 o turismo toma novos rumos, passando a um estágio de prosperidade. O mercado consolida-se e passa a expandir-se internacionalmente devido à estabilização e reconstrução do mundo pós-guerra. A ascensão da classe média e trabalhadora ocasiona o “*Boom*” turístico, massificando a atividade.

As correntes turísticas sofreram nesse período uma expansão considerável. Consolidou-se o *turismo de massa* com base nas viagens econômicas com todos os serviços incluídos (pacotes turísticos), organizadas pelas agências de viagem e operadoras turísticas, utilizando o frete dos transportes – vôos *charters*, ônibus com serviço reservado, cruzeiros, etc (REJOWSKI, 2002, p. 86).

Essa expansão foi proporcionada pelo cenário de paz prolongada que se instalou nos países europeus e nos Estados Unidos. A classe média obteve um aumento do seu poder aquisitivo e desfrutava de mais tempo livre. Este tempo livre passou a ser aproveitado para a realização de viagens como uma forma de evasão do cotidiano e do estresse decorrente do processo de industrialização e urbanização da sociedade.

Os avanços tecnológicos obtidos na área dos transportes tornaram as viagens mais cômodas e o tempo gasto em viagens passa a ser menor. Os Estados entram em um processo de interligação geográfica até com os lugares mais distantes. Passa-se a viver o período da Globalização.

O processo de globalização da economia internacional, a evolução dos transportes, as facilidades e a rapidez nas comunicações obtidas com o avanço da tecnologia da informação, dentre outros fatores, transformaram a inacessibilidade em acessibilidade e possibilidade (REJOWSKI, 2002, p. 96-97).

Nesse sentido, o termo *turismo global* aparece significando tanto a globalização das viagens, quanto a expansão, a integração, a fusão e a internacionalização das empresas e empreendimentos turísticos (REJOWSKI, 2002, p. 97).

Esta explosão do turismo massivo proporciona uma grande prosperidade dos destinos e atrações turísticas. Cabe salientar que este período era de grandes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Os últimos decênios do século XX, de 1974 a 2000, mostram a verdadeira complexidade e abrangência do turismo num mundo em constante mutação, onde tudo é questionado, inovado, criado e reformatado. Duas forças impõem-se e novos cenários surgem: a *sustentabilidade* e a globalização. Desafios constantes levam a importância do planejamento e gestão estratégica, à formação e capacitação de recursos humanos e estudos científicos (REJOWSKI, 2002, p. 112).

Todo este percurso histórico sempre contou com acordos entre os representantes da sociedade para minimizar os momentos de crise e viabilizar o crescimento das economias das nações envolvidas, e indiretamente das viagens e turismo. Nos tempos atuais, o fenômeno turístico complexa-se e torna-se um objeto de estudo que transcende a fronteira das áreas de ciências sociais.

HISTÓRIA E TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Segundo Seitenfus (2004, p. 02), as relações internacionais definem-se como o conjunto de contatos que se estabelece através das fronteiras nacionais entre grupos socialmente organizados:

A existência de agrupamentos humanos autônomos e relativamente diferenciados na antiguidade ocasiona o surgimento das primeiras manifestações das Relações Internacionais. A organização de Alianças militares entre cidades gregas e a instituição de mediadores para auxiliar na solução de conflitos impregnam de forma indelével o bicefalismo originário e secular das RI: a capacidade de fazer a guerra e os esforços para a manutenção da paz (SEITENFUS, 2004, p. 2).

As Relações Internacionais existem desde os primórdios das relações entre grupos sociais organizados. Segundo Oliveira (2004, p. 29), “as tribos pré-históricas entabulavam relações com seus vizinhos, os impérios do princípio da história se comunicavam com os povos próximos de suas fronteiras e as cidades-repúblicas gregas entre si”.

A Grécia deixou um grande legado a humanidade, nela têm-se as bases da filosofia, artes e da política. A etimologia da palavra Política vem desta época, *POLÍIS* (Cidades-Estados) e *IKA* (arte). Política seria a arte de bem governar, ações orientadas do Estado para o interesse geral da sociedade. Os gregos criaram organismos próprios para o exercício de suas relações exteriores:

Embaixadores eram enviados esporadicamente em missões especiais a diferentes cidades-Estado, a fim de entregar mensagens, intercambiar oferendas e sustentar os pontos de vista de seu povo diante do governante. Nessas práticas encontra-se a origem da diplomacia. Já naquele tempo, o diplomata personifica uma entidade política e, portanto, a distinção entre o público e o privado (MAGNOLI, 2004, p. 3).

Estes embaixadores eram munidos de proteção, mesmo em tempos de guerras, ninguém poderia ameaçar ou atentar contra a vida deles, encontra-se aqui, conforme Seitenfus (2004), o instituto da arbitragem, a prática da proteção diplomática.

Na Idade Média, com o retorno da população para o meio rural e a construção de feudos, os limites fronteiriços foram sendo esboçados pelos reinados que se estabeleceram na Europa.

Reunidos em um reinado, os senhores feudais juravam fidelidade ao rei e, em contrapartida, gozavam, no âmbito de seu domínio territorial, de ampla autonomia: emitiam moeda, aplicavam a Justiça, administravam o fisco, decidiam a manutenção da paz ou a declaração de guerra. No entanto, afirma-se o liame de supremacia do rei frente aos senhores suseranos e estes em relação aos seus súditos. Tratava-se de uma sociedade hierarquizada e piramidal que fez surgir as primeiras e embrionárias manifestações de formação do Estado (SEITENFUS, 2004, p. 28).

Aos poucos, o território foi sendo dividido pela cartografia, permitindo uma representação integradora, delineada sobre as fronteiras impostas, cedendo autonomia aos estados para a formulação de suas políticas internas e externas:

O princípio da territorialidade levou o espaço físico a transformar-se em espaço jurisdicional sob a autoridade estatal. Encontrava-se o fundamento do Estado moderno pela identificação de sua base territorial. A linha de fronteira – linear, precisa, visível intangível e incontestável – estabelecia o limite espacial onde seria exercida, com exclusividade, a soberania (SEITENFUS, 2004, p. 31).

Esta territorialidade foi se desenhando e definiu o ator principal das Relações Internacionais, o “Estado”, onde sem território não existe o estado. “Por mais de 300 anos eles têm sido, e continuam sendo, a unidade principal da ação internacional” (WENDZEL, 1985, p. 16).

Para as Relações Internacionais, o marco deste processo de ascensão e afirmação do Estado será o Tratado de Vestfália, assinado em 1648 no encerramento da Guerra dos Trinta Anos, na qual estiveram envolvidos diversos Estados do continente Europeu. Neste tratado, serão definidos como princípios básicos a soberania política dentro de um determinado território e o reconhecimento dos demais Estados para fazer valer esta soberania. Os Estados têm sua origem jurídica no direito Internacional que lhes garante plena autonomia de ação e decisão (PECEQUILO, 2008, p. 41 - 42).

A base da diplomacia atual foi formulada no período renascentista, mais especificamente na Itália.

Foi naquele período que se consolidou o uso de embaixadores permanentes, constituíram-se chancelarias estáveis, formularam-se as garantias de imunidades diplomáticas e os privilégios de trânsito e acesso a informações, e estabeleceu-se o conceito de extraterritorialidade das missões diplomáticas (MAGNOLI, 2003, p. 3).

As relações internacionais contemporâneas desenvolvem-se, principalmente, no período da Primeira e Segunda Guerra Mundial, nas tentativas de solução dos conflitos e nas

relações entre os Estados envolvidos. É a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que a intensidade e complexidade dos fenômenos internacionais ganham mais notoriedade devido ao cenário internacional abalado. O socialismo expandiu-se pelo leste Europeu e a União Soviética, que havia saído fortalecido da guerra, passando a ter um peso maior no cenário Internacional.

Este novo período que foi estabelecendo-se paulatinamente seria a Guerra Fria. O enfrentamento entre o capitalismo e o Socialismo, tendo como atores principais os Estados Unidos e a URSS, em uma contextualização mundial bipolar. A construção do Muro de Berlim dividindo a Alemanha em duas, a Alemanha Oriental (URSS, Socialista) e a Alemanha Ocidental (EUA, França, Inglaterra/Capitalistas) foi a divisão entre o Capitalismo e o Socialismo. O mundo entrava na “Cortina de Ferro” marcada por um cenário de extrema tensão, acentuada durante a década de 1960, no episódio que ficou conhecido como a Crise dos Mísseis, com a construção de bases de mísseis da União Soviética em território cubano. Este episódio coloca em xeque a paz mundial, podendo desencadear uma Guerra Nuclear.

Voltando um pouco no tempo, logo no fim da 2ª Guerra Mundial, em 1946, em São Francisco nos EUA, foi instituída a ONU (Organização das Nações Unidas), a qual é uma organização Internacional que visa à solução de conflitos entre os Estados de forma diplomática. O cenário internacional anárquico necessitava de órgãos mediadores. O “*Boom*” das Organizações Internacionais passa a servir como ferramenta de controle do cenário internacional, supervisionando e mediando, por vezes, as ações dos Estados.

As organizações internacionais começaram a proliferar após a Primeira Guerra Mundial, mas foi, sobretudo, a partir do término da Segunda Guerra Mundial que elas ganharam um impulso tal que cobriram a quase totalidade das atividades representadas pelos vários setores que compõem a vida das nações. E foi através destas organizações que as nações intensificaram as suas relações internacionais, objetivando uma maior compreensão entre si (CASTELLI, 1996, p. 95).

As Organizações Internacionais são firmadas através de um tratado internacional. Os tratados internacionais são fontes de origem do Direito Internacional.

O direito internacional pode ser descrito em termos de tratados e convenções. As convenções referem-se a normas firmes que implicam compromisso legal, e as convenções referem-se à conduta regulatória que, por não estar compreendida em um tratado, não implica em compromisso tão sério quanto ao implícito nos tratados internacionais (BENI, 2003, p. 20).

Conforme Wendzel (1985), os tratados internacionais poderão ser bilaterais ou multilaterais, podendo simplesmente consolidar ou esclarecer costumes existentes ou estabelecer novos direitos e obrigações. Para Mattos (*apud* GUIMARÃES, 1995, p. 31) os tratados “são acordos firmados por Pessoas Jurídicas de Direito Internacional, que se obrigam, mediante documento escrito, a calcar o seu modo de agir por determinadas normas internacionais”.

Para Beni (2003) um dos mais importantes componentes dos arranjos institucionais para o turismo no nível global é o direito internacional, que ajuda a impedir que acordos realizados entre nações no âmbito internacional afetem os arranjos domésticos.

O turismo como um fenômeno internacional de mobilidade social através das fronteiras de vários países relaciona-se com o Direito Internacional. Os tratados, dependendo de seu conteúdo, podem regular e controlar a entrada e permanência de estrangeiros, assim como podem facilitá-la.

TURISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ainda são raros os estudos que atrelam o turismo as relações internacionais. De acordo com Barreto (2003), são poucos os estudos turísticos que fazem esta relação, bem como os estudos no campo das relações internacionais que se ocupem do fenômeno turístico justificando-se por não ser um objeto disciplinar próprio.

A vida internacional torna-se mais complexa após o esfacelamento da União Soviética, a desintegração da estrutura bipolar do mundo oferece possibilidades sem precedentes, bem como desafios para a cooperação entre as nações. A ascensão de diversos Estados no cenário Internacional, e os fenômenos políticos e sociais de relevância internacional ultrapassam as chancelarias dos Estados. A interdependência, a integração e a globalização da economia encontram-se entre estas novas realidades.

O domínio das Relações Internacionais deixa de compreender apenas a afirmação externa do poder dos Estados, os conflitos internacionais e as relações diplomáticas estratégicas, passam a englobar também os fenômenos de interdependência e solidariedade, as relações econômicas e culturais [...]. É daí que as Relações Internacionais constituam a ciência dos fenômenos sociais internacionalizados [...] (FERNANDES *apud* BARRETTO, 2003. p. 41).

Entre os fatores condicionantes ao início dos estudos interdisciplinares, entre o Turismo e as Relações Internacionais, está a revolução científica e tecnológica, como afirma Fernandes:

[...] outras temáticas que vieram acrescentar, em virtude da complexidade crescente da vida internacional. Com efeito, a revolução científica e tecnológica, a evolução da estrutura da economia mundial, a internacionalização dos interesses e atividades privados, a formação de blocos econômicos regionais, a proteção internacional dos direitos do Homem, os processos de integração e de consertação dos Estados vieram enriquecer o objeto das relações internacionais (FERNANDES apud BARRETTO, 2003, p. 42).

A declaração universal dos direitos do homem assegura a liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado, isto é, todos têm direito de ir e vir a qualquer parte do mundo.

Contudo, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os países adotaram medidas protecionistas quanto ao ingresso de estrangeiros em seu território, aumentando a rigidez das exigências para a liberação de vistos e passaportes, visando a diminuir o movimento de pessoas no seu território, por razões de segurança nacional e política intergovernamental.

A preocupação inicial com uma abordagem diferenciada, quase protecionista, foi superada e deu lugar a que as relações internacionais começassem a interagir, emprestar e ceder conhecimentos ao conjunto das ciências sociais (HALLIDAY apud BARRETTO, 2003).

O turismo, como um dos paradigmas⁷ da globalização começa exercer uma grande influência nas Relações Internacionais, e vice-versa, pois os estudos antes direcionados quase que estritamente a solução de conflitos e manutenção da paz, passa a conglomerar uma agenda mais ampla de questões de interesse internacional.

A importância do Turismo Internacional, como fator de desenvolvimento econômico dos Estados, assinala um novo período para os fatores sociais de ligação entre os povos e, também, como agente motivador a integração, tanto econômica quanto social. Para Wahab (1991) o turismo seria encarado como uma indústria⁸ que contribui para o desenvolvimento

⁷ Por paradigma pode-se entender “as suposições fundamentais que os especialistas fazem sobre o mundo, o que é desconhecido, como se deve enxergar esse mundo se quer conhecer o desconhecido e, finalmente, o que merece ser conhecido (RODRIGUES apud SALDANHA, 2006, p. 18)”.

⁸ Qualquer produto, seja tangível ou intangível, mas que sirva a satisfazer certas necessidades humanas, deve ser considerado um produto industrial (WAHAB, 1991, p. 5).

social e econômico do país, não importando que ele seja desenvolvido ou em desenvolvimento. Seria capaz de propiciar um rápido crescimento econômico em ofertas de empregos, renda, nível de vida e ativação de outros setores, do país receptor.

Não será possível entender toda a complexidade que circunda a vinculação do Turismo às Relações Internacionais, e a formação de uma política externa integracionista, como afirma Beni (2001) em sua teoria sistêmica, se forem isolados de seus contextos. A globalização, ascensão de novos Estados, a formação de blocos econômicos, criação de organizações internacionais voltadas ao desenvolvimento do turismo, formulação de tratados, tudo influi diretamente sobre o turismo.

INTEGRAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO

Após a revolução técnico-científica teve início o processo de globalização, o que estreitou os laços de interação entre os Estados, reduzindo as distâncias e aumentando a demanda por bens de consumo. As barreiras comerciais foram dando lugar à tendência de uma economia mundial globalizada e ao processo de integração regional entre os Estados.

Para alguns autores, a globalização é a aceleração das trocas de bens e serviços, das informações e comunicações, das viagens internacionais e do intercâmbio cultural. É ainda a intensificação da interdependência das nações em função do enorme fluxo de comércio e de capitais, determinando o surgimento de mercados comuns (BENI, 2003, p. 18).

Conforme Mariano (2000, p. 13), por integração regional, enquanto definição geral entende-se o processo pelo qual dois ou mais países estreitam seu relacionamento no sentido de cooperação, buscando objetivos que, isoladamente, não poderiam atingir.

As inovações mais impressionantes na organização da sociedade internacional desde a Segunda Guerra Mundial ocorreram no campo econômico. A integração econômica crescente do sistema torna necessárias novas práticas e instituições. A ordem econômica agora é mais integrada e mais administrada por uma diretoria institucionalizada de grandes potências do que qualquer coisa tentada anteriormente por uma sociedade de Estados politicamente independentes (WATSON, 2004, p. 423 – 424).

Os blocos econômicos começam a ser criados com a finalidade de facilitar o comércio entre os Estados signatários do tratado, adotando a redução ou isenção de impostos ou de tarifas alfandegárias e buscam soluções em comum para problemas comerciais.

Em tese, o comércio entre os países constituintes de um bloco econômico aumenta e gera crescimento econômico para os países. Geralmente estes blocos são formados por países vizinhos ou que possuam afinidades culturais ou comerciais. Esta é a nova tendência mundial, pois cada vez mais o comércio entre blocos econômicos cresce. “As ciências humanas e sociais precisam inovar e criar novos fundamentos para explicar a interdependência e a União Global das necessidades e clamores da sociedade Global”(BENI, 2003. p. 17).

A globalização abre novas perspectivas para o estudo da história universal, as configurações e as movimentações sociais.

Considerando a própria globalização – não da perspectiva do comércio internacional de produtos, mas pelo ângulo do tráfego turístico internacional de turistas de países ricos -, esses mesmos países emergentes têm a possibilidade de inserirem-se na economia internacional mediante o turismo receptor, em que os bens são comprados e consumidos no local de origem (BENI, 2003, p. 19).

O turismo, como uma atividade que transgride as fronteiras, é um importante componente das relações internacionais. Os Estados mantêm entre si, além das relações comerciais, relações diplomáticas para o acesso de pessoas vindas de outros Estados. Estas relações podem servir como meio facilitador ou obstáculos para o fluxo turístico internacional.

A natureza e os números dos fluxos turísticos podem ser influenciados por imposições e controles administrativos e burocráticos, como a regulamentação de vistos, controles cambiais e proibições quanto à movimentação e atividade dos turistas. Tais limitações podem ser impostas antes, durante e depois do ponto de entrada do visitante, como acontecia na ex-União Soviética e Europa Oriental (BENI, 2003, p. 20).

A formação de blocos econômicos, para o turismo, pode servir como uma alternativa para a eliminação dos entraves burocráticos que dificultam o fluxo migratório entre os Estados.

MERCOSUL E A RET

O MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) foi oficialmente estabelecido em 26 de março de 1991. É formado pelos Estados-Membros: Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina⁹. O objetivo principal do MERCOSUL é eliminar as barreiras comerciais entre os países, aumentando o comércio entre eles.

Com o inegável avanço do MERCOSUL, perderam-se muitos dos argumentos que o apontavam como inviável ou pouco importante para o Brasil. [...], o Brasil tem

⁹ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 30 de ago. 2011

interesse e vantagem em se associar com países de economias menos complexas, pois o que importa é aumentar o potencial de investimento na região, criar condições favoráveis à integração produtiva e formar um sólido bloco regional (CHACON, 1998, p. 94).

Para o turismo, a consolidação do MERCOSUL poderia incrementar a entrada de turistas nos Estados-Membros. Conforme Badaró (2003), o turismo na América do Sul desenvolve-se de maneira ágil, mas ainda ineficaz. Nas últimas décadas, com o advento do MERCOSUL, o estímulo para essa área cresceu significativamente, assim como os conflitos a ela relacionados.

Para suprir esta ineficácia nas políticas de integração desenvolvidas, o Brasil passou a dar maior importância às relações ligadas ao turismo entre os Estados do MERCOSUL. Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo fez-se a criação do Departamento de Relações Internacionais. Entre os principais eixos de atuação deste departamento está o de avaliar e difundir melhores práticas internacionais em turismo, além de subsidiar a elaboração de políticas de turismo, identificar e realizar ações que fomentem o turismo nas fronteiras.

Conforme o Ministério do Turismo (2010, p. 12) as ações desenvolvem-se com vistas a ampliar o relacionamento entre os países sul-americanos e, assim, contribuir para tornar o turismo assunto estratégico que permita o desenvolvimento socioeconômico do continente, além de ampliar seu prestígio internacional por aprimorar o posicionamento de sua imagem no mercado turístico internacional.

Para auxiliar nos temas de ação, é formulada a Reunião Especializada de Turismo (RET), com o intuito de facilitar o desenvolvimento do turismo entre os países transfronteiriços e definir ações para promover o MERCOSUL como destino turístico.

As Reuniões Especializadas de Turismo/RET são importantes enquanto instância de discussão e encaminhamento da pauta do turismo no MERCOSUL para facilitar a integração e melhorias nas regiões de fronteira.

A RET é o mecanismo pelo qual se definem as ações comuns para desenvolver o MERCOSUL como destino turístico internacional. A reunião tem dois eixos fundamentais: a consolidação desse mercado como bloco no âmbito do turismo e o incremento da entrada de turistas nos países que o formam. Nessa reunião são priorizados assuntos voltados às dificuldades do trânsito nas fronteiras e as propostas para a resolução do problema nas Áreas de Controle Integrado (ACIs) [...] de turismo (MTur, 2010, p. 12 - 13).

Outro resultado importante foi o projeto de Concertação de Fronteiras, dando origem ao Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras (FRONTUR) como ferramenta para os estudos envolvendo as regiões de fronteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que o Turismo e as Relações Internacionais estão separados por uma linha muito tênue. As primeiras viagens gregas, motivadas pela procura de lazer ou entabulando relações diplomáticas, são os alicerces da atividade turística e das relações internacionais. No momento em que a atividade turística cruza as fronteiras ela passa a ser objeto de interesse econômico e social e objeto de análise, das Relações Internacionais.

O processo de integração, o fenômeno da globalização e a tendência a formação de blocos econômicos proporcionam uma desburocratização para a entrada nos Estados integrantes do bloco, fomentando a entrada de divisas geradas pela atividade turística.

O interesse pelo desenvolvimento do turismo expande-se em escala mundial em razão do justificado reconhecimento das vantagens por ele trazidas aos países, sendo um instrumento governamental eficiente para a criação de uma integração nos níveis nacional e internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADARÓ, Rui A. **Direito do Turismo: História e legislação no Brasil e no Exterior**. São Paulo: Senac, 2003.

BARRETTO, Margarita (ORG). **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. São Paulo: Papyrus, 2003.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**. Campinas, SP. Papyrus, 1995.

BENI, Mário C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 2001.

_____. **Globalização do Turismo: Mega tendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo, SP: Aleph, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Relatório de atividades 2003 a 2010**. Brasília, DF, 2010.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo: Atividade marcante do século XX.** Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1996.

CHACON, Vamireh. **O Mercosul: A integração econômica da América Latina.** São Paulo: Scipione, 1998.

GUIMARÃES, Antônio Marcio da C. **Tratados Internacionais.** São Paulo: Aduaneiras, 2009.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: Teoria e História.** São Paulo: Saraiva 2004.

OLIVEIRA, Odete M. **Relações Internacionais: Estudos de Introdução.** Curitiba: Juruá, 2004.

PECEQUILO, Cristina S. **Introdução as Relações Internacionais: Temas, atores e visões.** Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo no percurso do Tempo.** São Paulo: Aleph, 2002.

SALDANHA, Eduardo. **Teoria das Relações Internacionais.** Curitiba: Juruá, 2006.

SEITENFUS, Ricardo. **Relações Internacionais.** Barueri, SP: Manole, 2004.

TORRE, De La. **El Turismo: fenômeno social.** México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

WAHAB, Salah-Eloin A. **Introdução à administração do Turismo.** São Paulo: Pioneira, 1991.

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional: Uma análise histórica comparativa.** Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

WENDZEL, Robert. L. **Relações Internacionais: O Enfoque do formulador de políticas –** Brasília: Universidade de Brasília, 1985.